



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº** 0002697-58.2014.8.17.0000 (0330402-9)  
**COMARCA:** CAMARAGIBE  
**VARA:** SEGUNDA CRIMINAL  
**IMPETRANTES:** IVANILDO FERREIRA DE MELO JÚNIOR e  
 JORGE WASHINGTON DA COSTA SANTOS  
**PACIENTE:** ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADOR:** DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
 CAVALCANTI  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PACIENTE USUÁRIO E NÃO TRAFICANTE. INOCÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. VIA IMPRÓPRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE A SEGREGAÇÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

I – Não há como se tecer qualquer juízo de valor acerca da autoria delitiva do Paciente, se traficante ou usuário, tratando-se de matéria de mérito, sendo inviável a sua análise em sede de *habeas corpus*, pois necessita do revolvimento de provas. Da mesma forma, a alegação de inocência, quando afirma não saber a origem da droga encontrada em sua residência.

II - A prisão do Paciente se justifica a bem da ordem pública, tendo em vista a atividade nociva que esse tipo de crime provoca no meio social, diante de sua nocividade e

*CF<sub>9</sub>*



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

consequências nefastas, requerendo do Estado-Juiz maior rigor punitivo, como forma de coibir tal ação. Não se pode olvidar, ainda, que o Paciente foi preso em flagrante delito, com grande quantidade de droga, - 25 (vinte e cinco) pedras de crack em sua residência, droga essa de alto poder destruidor, responsável pela ruína de muitas famílias, verdadeiro problema de saúde pública, além de ser o móvel de tantos outros crimes, o que demonstra a periculosidade acentuada do Paciente, sendo necessária a manutenção da medida de exceção. Cabe evidenciar, ainda, que com o corréu foram encontradas mais 54 (cinquenta e quatro) pedras da referida droga, o que denota o comércio ilícito existente e a imposição correta do cárcere ao Paciente. Dessa forma, afigura-se evidente a sua conduta nociva ao meio social, o que exige a manutenção de sua prisão para resguardar a ordem pública, a fim de evitar que, caso solto, encontre os mesmos estímulos para voltar a delinquir, não havendo que se falar, assim, em decreto genérico e não individualizado.

III – Eventuais condições subjetivas favoráveis, consoante alegadas, são irrelevantes, quando presente pelo menos um dos requisitos autorizadores da medida de exceção. Inteligência da Súmula nº 86/TJPE.

IV – Constrangimento ilegal não evidenciado. Ordem denegada por decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0002697-58.2014.8.17.0000 (0330402-9), no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº** 0002697-58.2014.8.17.0000 (0330402-9)  
**COMARCA:** CAMARAGIBE  
**VARA:** SEGUNDA CRIMINAL  
**IMPETRANTES:** IVANILDO FERREIRA DE MELO JÚNIOR e  
JORGE WASHINGTON DA COSTA SANTOS  
**PACIENTE:** ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADOR:** DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
CAVALCANTI  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**RELATÓRIO**

**Ivanildo Ferreira de Melo Júnior e Jorge Washington da Costa Santos**, advogados, impetraram o presente *habeas corpus* liberatório em favor de **Antônio José da Silva Júnior**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, em face do Processo nº 0005633-91.2013.8.17.0420.

Infere-se dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito no dia 22/12/2013, prisão essa transmutada em preventiva, sendo denunciado, juntamente com Luiz Henrique Cavalcanti Bezerra, pelos delitos previstos nos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas e associação para o tráfico).

Sustentam os Impetrantes, em apertada síntese, que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal pelos seguintes motivos:

a) por ser ele somente usuário de drogas, nessa condição há mais de - -



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

08 (oito) anos, e não traficante, como fora denunciado, bem como por não saber a origem das pedras de "crack" encontradas em sua residência; e b) por não lhe ser concedido o direito à liberdade provisória, uma vez que ausentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva, sobretudo considerando as condições pessoais do Paciente, quais sejam, ser primário, de bons antecedentes, possuir residência fixa e, ainda, "iniciar um tratamento para dependência química que ele mesmo compreende ser de elementar importância para que consiga finalmente livrar-se do vício".


O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 177/179**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 185/187**, acostadas dos documentos de **fls. 188/219**.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, pelo **Procurador Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti**, apresentou parecer às **fls. 223/225**, opinando pela denegação da ordem.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



231

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº** 0002697-58.2014.8.17.0000 (0330402-9)  
**COMARCA:** CAMARAGIBE  
**VARA:** SEGUNDA CRIMINAL  
**IMPETRANTES:** IVANILDO FERREIRA DE MELO JÚNIOR e  
JORGE WASHINGTON DA COSTA SANTOS  
**PACIENTE:** ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADOR:** DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
CAVALCANTI  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**VOTO**

Narra a denúncia de **fls. 15/16** que, na noite de 21/12/2013, policiais abordaram Flávio Ricardo da Silva, na Av. Belmiro Correia, em Camaragibe, sendo encontrados em seu poder 02 (duas) pedras de "crack" e 01 (um) papelote de maconha para consumo próprio. Indagado pelos policiais sobre a origem das referidas drogas, ele informou que adquiriu a droga do ora Paciente, Antônio José, na Rua Amaro Albino Pimentel. Diante disso, os policiais foram até o local indicado, onde foram encontradas 25 (vinte e cinco) pedras de "crack" destinadas à venda, sendo o Paciente preso em flagrante delito. Perguntado sobre quem seria o seu fornecedor, ele apontou o corréu, Luiz Henrique e um adolescente, bem como seu endereço. Com essa informação, os policiais se dirigiram ao referido local, prenderam em flagrante o segundo denunciado e apreenderam o menor, por terem em depósito 54 (cinquenta e quatro) pedras de "crack", destinadas à venda, a quantia de R\$ 113,00 (cento e treze) reais e, ainda, 04



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

(quatro) big-bigs de maconha na casa da vizinha, Ana Paula Lopes da Silva.

Pois bem.

Percebe-se que os Impetrantes, na inicial, insurgem-se contra a ilegalidade da prisão do Paciente, especialmente porque afirmam não ser ele traficante, mas sim usuário, chamando a atenção para o fato de ele se encontrar em tratamento, bem como por sua inocência, tem em vista ele nada saber sobre a origem das drogas. Na verdade, tais alegações pressupõem incursão aprofundada em provas, não sendo o *habeas corpus* meio idôneo para essa análise, consoante preconiza a Súmula 80/TJPE<sup>1</sup>. Assim, quanto a este ponto, entendo por seu não conhecimento, em face do rito do *writ*, que não permite a análise do mérito da causa.

Quanto à afirmação dos Impetrantes de que se encontram ausentes os motivos da prisão preventiva, tendo o Paciente direito à liberdade provisória, considerando as suas condições subjetivas favoráveis, não merece prosperar.

Percebe-se da decisão de **fls. 98/98-v**, ratificada, sob os mesmos fundamentos, às fls. **121/121-v**, que o Juízo de 1º grau, após verificar a materialidade delitiva e os indícios de autoria, aplicou-lhe a medida de exceção, especialmente, para garantir a ordem

<sup>1</sup> Súmula nº 80/TJPE: "A restrita via do habeas corpus não comporta o revolvimento probatório necessário à aferição da negativa de autoria".



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

pública, considerando a nocividade do tráfico de drogas e sua gravidade, mal que assola a nossa sociedade, móvel de tantos outros crimes e responsável pelo aumento da criminalidade, sendo necessário maior rigor punitivo por parte do Estado-Juiz, a fim de coibi-lo.

Vejamos, a seguir, excerto de uma das decisões da Magistrada *a quo* (fls. 98/98-v):

**(...) "No caso dos autos, tenho como comprovada a existência do crime e os indícios suficientes de autoria, à vista das declarações das testemunhas do flagrante, do auto de apresentação e apreensão e do laudo de constatação, confirmando tratar-se de crack a substância apreendida. (...) Como dito, dentre os fundamentos suficientes para a decretação da custódia preventiva, figuram a garantia da ordem pública. No caso dos autos, vislumbro-os presentes. Como se vê, há fortes indícios da participação do acusado na prática de crime grave, equiparado a hediondo. Caso seja posto em liberdade, o acusado dará continuidade à perpetração de delito de mesma natureza, comprometendo-se sobremaneira a ordem pública da comunidade. Assim, impõe-se prisão cautelar como forma de salvaguardar a população em geral dessa espécie de crime que afeta a saúde pública, além de levar o indivíduo à dependência química, e geralmente vem associado a outros tipos de delito" (...).**





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Deve ser ressaltado, ainda, que se trata de Paciente preso em flagrante delito, com grande quantidade de drogas, - 25 (vinte e cinco) pedras de crack em sua residência, droga essa de alto poder destruidor, responsável pela ruína de muitas famílias, verdadeiro problema de saúde pública, além de ser o móvel de tantos outros crimes, o que demonstra a periculosidade acentuada do Paciente, sendo necessária a manutenção da medida de exceção. Não bastante, cabe evidenciar, ainda, que com o corréu foram encontradas mais 54 (cinquenta e quatro) pedras da referida droga, o que denota o comércio ilícito existente e a imposição correta do cárcere ao Paciente.

Nesse sentido, julgado do STJ:

**"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. CARÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. APREENSÃO DE VULTOSA QUANTIDADE DE DROGA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.**

**1. A prisão provisória é medida odiosa, reservada para os casos de absoluta imprescindibilidade, demonstrados os pressupostos e requisitos de cautelaridade. Na hipótese, estando a prisão fundamentada na gravidade concreta dos fatos, cifrada na significativa quantidade de droga apreendida com o paciente (aproximadamente 900 g de maconha), evidencia-se o risco para ordem pública.**

**2. Ordem denegada."**

**(HC 238316 / MS/Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA/ T6  
- SEXTA TURMA/J. 16/08/2012/DJe 27/08/2012)**

Posto isso, evidente a conduta nociva empreendida, o que exige a manutenção da prisão para resguardar a ordem pública, a fim



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

de evitar que, caso solto, encontre os mesmos estímulos para voltar a delinquir.

Por oportuno, apresento julgado do STJ a respeito do tema:

**"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. ORDEM DENEGADA.**

**1. No que tange à alegada ausência de quaisquer das hipóteses autorizadoras previstas no art. 312 do CP, verifica-se que a Corte impugnada manteve a prisão cautelar do recorrente com base na garantia da ordem pública, para evitar a reiteração delitiva, pois preso em local de tráfico intenso de drogas na posse de entorpecente - 155 g de maconha.**

**2. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, por si sós, garantirem a concessão de liberdade provisória, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia antecipada, como ocorre *in casu*.**

**3. Ordem denegada."**

**(HC 221362 / MG/ Ministro JORGE MUSSI/ T5 / J. 02/08/2012/ DJe 16/08/2012)**

Portanto, não há que se falar em qualquer ilegalidade a ser combatida, tendo em vista que devidamente fundamentada a segregação do Paciente.

Por outro lado, eventuais condições subjetivas favoráveis alegadas, não elidem, por si sós, a custódia cautelar, quando presentes os requisitos autorizadores da medida, no presente caso



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

como garantia da ordem pública, sendo salutar mantê-lo preso preventivamente. Inteligência da Súmula nº 86/TJPE<sup>2</sup>.

Ante as considerações expostas, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 28 de maio de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

---

<sup>2</sup> **Súmula nº 86/TJPE:** As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.

243



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
*Terceira Câmara Criminal*

---

**HABEAS CORPUS Nº 0002697-58.2014.8.17.0000 (0330402-9)**

**COMARCA:** Camaragibe – 2ª Vara Criminal  
**PACIENTE:** Antônio José da Silva Júnior  
**IMPETRANTES:** Ivanildo Ferreira de Melo Júnior e Jorge Washington da Costa Santos  
**PROCURADOR:** Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATOR:** Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**VOTO - VISTA**

---

Foi impetrado o presente Habeas Corpus, com pedido liminar, com base na Constituição Federal e nos arts. 647 e seguintes, do Código de Processo Penal, em favor de ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR, qualificado nos autos, indicando-se como autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, onde o ora Paciente responde ao Processo nº 0005633-91.2013.8.17.0420, juntamente com o corréu LUIZ HENRIQUE CAVALCANTI BEZERRA, pelos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006.

Adoto o Relatório de fls. 229/230, acrescentando que, na Sessão do dia 28 de maio de 2014, o eminente Des. Relator Cláudio Jean proferiu seu voto pela denegação da ordem, sendo acompanhado pela Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira.

Os impetrantes alegam constrangimento ilegal, entre outros motivos, por considerarem ausentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva do Paciente, considerando, sobretudo, suas condições pessoais, inclusive para que possa iniciar um tratamento para dependência química, capaz de livrá-lo do vício da droga, pois se diz somente usuário.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
*Terceira Câmara Criminal*

Pedi vista em face da minha dúvida sobre a fundamentação do decreto cautelar da autoridade dita coatora.

Meu voto vai acompanhar as conclusões do eminente Relator, pela denegação da ordem.

O decreto cautelar, cuja cópia se encontra às fls. 98/98v, embora sucinto, preenche os requisitos necessários para a custódia cautelar do Paciente ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR.

Na decisão, o Juiz *a quo* não se limita a transcrever a Denúncia, onde se relata que os policiais encontraram, no quintal da casa do Paciente ANTONIO JOSÉ, 25 (vinte e cinco) pedras de crack, tendo ele declinado o local onde comprou a referida droga. Na sequência, a Exordial narra que a polícia se dirigiu ao endereço indicado pelo Paciente e lá encontraram o corréu LUIZ HENRIQUE, juntamente com um adolescente. Os dois tentaram se desfazer da droga que foi encontrada: 54 (cinquenta e quatro) pedras de crack.

Na decisão monocrática, de 22 de dezembro de 2013, que converteu a prisão em flagrante do Paciente em preventiva, o Juiz *a quo* analisa literalmente o seguinte: *"Aliás, como o Auto de Prisão em Flagrante se fez acompanhar do Auto de Apresentação e Apreensão e do Laudo de Constatação, confirmando tratar-se de crack a substância apreendida e **discriminando a quantidade da droga**, indefiro o pedido de relaxamento do flagrante formulado pelo Defensor plantonista"* (fls. 98).

No voto do eminente Relator, às fls. 233, foi suprimida justamente a parte do decreto cautelar, que tenho como a mais importante.

Observe que a decisão prolatada mencionou concretamente a discriminação da quantidade de droga apreendida, fundamentação suficiente para

245



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
*Terceira Câmara Criminal*

a decretação da custódia cautelar, o que para mim é suficiente para diferenciar a mesma decisão de outras que são de caráter absolutamente genérico.

Portanto, comprovada a existência material do crime e os indícios mais do que suficientes de autoria, e mencionada expressamente, na parte dispositiva da decisão, a quantidade da droga apreendida (crack), fls. 98, entendo configurada a ameaça à ordem pública.

Inexistente o constrangimento ilegal trazido pelos impetrantes.

Denego a ordem.

É como voto.

Recife, 02 de julho de 2014.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Vogal**